

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SANTANA E APORÉ

SECRETARIA EXECUTIVA DO CBH SANTANA E APORÉ

Rua: Desembargador Leão Neto do Carmo, s/n, Q-3, S.3, Parque dos Poderes-Campo Grande-MS
CEP: 79031-902 Fones: (67) 3941-0061 Email: cbhsantana.apore@gmail.com

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, a diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Santana e Aporé (CBH SANTANA E APORÉ), no uso de suas atribuições, realizou a 27ª Reunião Ordinária, com início às 8h30min e término às 17 horas (MS), na Associação Empresarial de Paranaíba – ACIP, Rua Barão do Rio Branco nº 1477, Centro. Estavam presentes os membros: Fábio Carvalho Macedo (Sindicato Rural de Paranaíba), Claudete Bruschi (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul), Ana Rita Faustino de Freitas Duarte (Prefeitura Municipal de Paranaíba), Paulo Sérgio Gomes (Amigos da Natureza do Bolsão – ANB), Regiane Furtado de Miranda (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – Famasul), Raphael Cardoso da Silva (Prefeitura Municipal Chapadão do Sul), Raphael Antonio de Oliveira Silva (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Paranaíba/MS), Natã Silva Alves (Fundação Chapadão), Kleber Augusto Gastaldi (Conselho Consultivo e Gestor da Unidade de Conservação APA das Bacias do Rio Aporé e do Rio Sucuriú), Eduardo Pretto Freitas (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul - CREA/MS), Leila Mussi (Amigos da Natureza do Bolsão – ANB), João Paulo Hidalgo Cezosimo (Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado), Karina Bianchine dos Santos (Prefeitura Municipal de Cassilândia). Convidados: Daniel Izoton Santiago (Agência Nacional de Águas); Edson de Lima Bobadilha (Prefeitura Municipal de Cassilândia); Flavia Tanoue (Consórcio Engecorps-Profill); Ana Luiza Lira Warde (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – Imasul); Flávio Roque Bernardes Camelo (ABHA - Gestão de Águas); Humberto de Freitas Nunes (Prefeitura Municipal de Cassilândia); Jose Carlos Macedo Grande (Prefeitura Municipal de Paranaíba), Leonardo Sampaio Costa (Imasul), Luciano Jikimura (Imasul), Luísa Heineck Neves (Consórcio Engecorps/ Profill) e Carlos Bortoli (Consórcio Engecorps/Profill). O Presidente Fábio Carvalho Macedo (Sindicato Rural de Paranaíba) deu boas vindas a todos e agradeceu a ACIP por ceder o espaço físico, e pela presença do senhor José Carlos Macedo Grande, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Paranaíba, Daniel Izoton Santiago (ANA), Márcio de Araújo Silva (ANA), Edson Bobadilha, de Cassilândia, Carlos Bortoli (Consórcio Engecorps/Profill), Wilson Shimizu (CBH Paranaíba) e Leonardo Sampaio Costa, Gerente de Recursos Hídricos do Imasul. O presidente do CBH Santana e Aporé explicou que a reunião será simplificada, sem leitura da Ata, que ficou para a próxima reunião, confirmou-se o quórum e passou a palavra para Leonardo Sampaio, que fez agradecimentos à ACIP, aos membros do comitê e da ANA e desejou uma boa reunião. Então, Leonardo passou a palavra para Wilson Shimizu que cumprimentou os membros do CBH e os demais presentes e destacou a importância da reunião conjunta para o desenvolvimento do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (PIRH Paranaíba), bem como para a conclusão do enquadramento da bacia do Paranaíba. Claudete Bruschi informou as ausências justificadas (SANESUL, SENAR/MS, ENEBRAS) e passou a palavra ao Márcio de Araújo Silva, que reforçou que não se pode separar a qualidade da água da quantidade e destacou a oportunidade de construir juntos o Plano Integrado; Leonardo Sampaio fez uso novamente da palavra para dizer da importância das ações e lembrou que o comitê Santana e Aporé nasceu do Plano de Ações do Paranaíba e a destacou a responsabilidade que o comitê possui nesse processo. Destarte, a reunião começou com o **item único - Apresentação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (PIRH Paranaíba) e Proposta de Alternativas de Enquadramento**. Carlos Bortoli começou agradecendo aos membros presentes e apresentando o cronograma e os objetivos do evento que são debater sobre a vazão de referência para o Enquadramento em


54 cada Unidade de Gestão Hídrica (UGH); e discutir sobre os parâmetros a serem
55 considerados no Enquadramento. Após, indicar alternativas de classes de enquadramento
56 por trecho, para subsidiar a proposta de Enquadramento. São nove produtos para o
57 processo de construção do PIRH Paranaíba sendo 1. Plano de Trabalho e Plano de
58 Comunicação; 2. Consolidação dos Diagnósticos de Recursos Hídricos; 3. Prognóstico; 4.
59 Alternativas de Enquadramento; 5. Proposta de Enquadramento e Programa de Efetivação;
60 6. Plano de Ação e de Investimentos; 7. Plano de Implementação; 8. Manual Operativo
61 (MOP) e Atualização do PIRH Paranaíba; e 9. Resumo Executivo (RE) e Banco de Dados.
62 Em sequência, Carlos informa o conceito de Enquadramento, conforme a Resolução
63 CONAMA nº 357/2005: Estabelecimento da meta ou objetivo de qualidade da água
64 (classe) a ser, obrigatoriamente, alcançado ou mantido em um segmento de corpo de água,
65 de acordo com os usos preponderantes pretensos, ao longo do tempo. Ou seja, é um
66 objetivo para o futuro. Depois, são mostradas as classes de qualidade da água indicadas
67 para cada uso, conforme a Resolução CONAMA nº 357/2005 e para cada classe de
68 qualidade da água, a Resolução CONAMA nº 357/2005, relaciona uma série de
69 parâmetros, cujas concentrações na água não podem ser ultrapassadas. Quanto aos
70 parâmetros de referência para o enquadramento: os parâmetros devem ser representativos
71 da qualidade da água da bacia resultante das atividades antrópicas geradoras das maiores
72 cargas poluentes; é necessário que os parâmetros possuam limites estabelecidos na
73 Resolução CONAMA nº 357/2005 e atos legais das Unidades da Federação; parâmetros
74 que são medidos in situ, com utilização de sondas paramétricas contribuem para reduzir o
75 custo do seu monitoramento; parâmetros utilizados desde as avaliações do diagnóstico e
76 que são representativos para a bacia do rio Paranaíba como um todo: DBO, OD, Fósforo
77 Total, Nitrogênio Amoniacal e Coliformes Termotolerantes ou Escherichia Coli. Quanto a
78 vazão de referência para o Enquadramento: Os valores máximos estabelecidos para os
79 parâmetros em cada uma das classes de enquadramento deverão ser obedecidos nas
80 condições de uma vazão de referência (Art. 10º da Resolução CONAMA nº 357/2005). A
81 vazão de referência indica a condição hidrológica em que o corpo hídrico deverá atender a
82 classe de qualidade requerida pelos usos preponderantes pretensos. Vazões Q95%, Q90%,
83 Q80%: indicam a permanência no tempo em que os usos da água estarão sendo atendida.
84 Vazão Q7,10, é a menor vazão observada em sete dias consecutivos, com um tempo de
85 retorno de 10 anos. Vazões sazonais (Qmmm): Considera as variações sazonais dos cursos
86 d'água. Todas podem ser utilizadas como referência para o enquadramento para garantir
87 que a carga poluente não comprometa a qualidade da água, mesmo em períodos de
88 estiagem severa. A Q95% é indicada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento
89 Básico (ANA) nos processos de Enquadramento de corpos hídricos de dominialidade
90 federal e tem sido amplamente utilizada também pelos estados de GO e MS, na bacia. A
91 Q7,10 é utilizada no estado de MG. No DF, usa-se a Qmmm para outorga. No primeiro
92 momento participativo, há a discussão da validação de premissas para enquadramento
93 (parâmetros de qualidade da água e vazão de referência); mostra-se a situação atual do
94 enquadramento na bacia do Santana e Aporé: aprovado apenas no córrego Fazendinha
95 (Resolução CERH/MS nº 77, 12 de dezembro de 2022). O prazo para efetivação do
96 enquadramento do córrego Fazendinha é 2043, com metas intermediárias para 2027, 2032
97 e 2037. Parâmetros considerados: DBO, OD, Nitrogênios (amoniacal, nitrito e nitrato),
98 Fósforo e Coliformes termotolerantes. Vazão de referência: Q95%. Os rios de domínio da
99 União não possuem enquadramento aprovado na bacia do rio Paranaíba. No momento de
100 contribuição, Leila Mussi (Amigos da Natureza do Bolsão – ANB) questiona a velocidade
101 da apresentação dos estudos do Consórcio Engecorps/Profill, na medida em que a recepção
102 do documento via e-mail é de grande volume e é pedida análise em um curto espaço de
103 tempo, além disso questiona a veracidade documental daquilo apresentado, questionando
104 efetividade da consulta, devido à rigidez do procedimento. Leila faz a leitura do e-mail
105 enviado para reforçar seus questionamentos, que possui as considerações: a fragilidade nos
106 estudos relativo às referências que originaram as figuras no estudo, tendo em vista que a

107 figura das culturas não contempla a cultura dos citros e silvicultura; além disso, que o
108 consumo de água pela pecuária demonstrada na figura apresenta uma certa estabilidade na
109 quantidade consumida no decorrer dos anos que não procede. Carlos Bortoli (Consórcio
110 Engecorps/ Profill) responde que, na verdade, os documentos enviados eram uma prévia do
111 que seria apresentado, sendo cada comitê afluente, naquele prazo, responsável por analisar
112 somente a sua UGH. Com relação a fonte das informações, elas deveriam estar abaixo das
113 figuras, mas pode ser que esteja reunido em um capítulo mais metodológico. Flávio Roque
114 Bernardes Camelo (ABHA - Gestão de Águas) reforça a resposta com relação ao prazo que
115 foi dado, tendo sido, na realidade, de quase trinta dias no diagnóstico. Lembra, ainda, que
116 estão em fase de construção do documento. Leonardo Sampaio Costa (Imasul) destaca que
117 é relevante tomar providências para resolver esses problemas, como enviar separado o que
118 é da UGH9 para análise. Claudete Bruschi (Imasul) diz que tendo em vista que o CBH
119 Paranaíba disponibiliza no site o produto a ser analisado, talvez seja mais fácil os membros
120 acessarem o material diretamente no site e ressalta as limitações do setor de apoio aos
121 comitês do Imasul para separar o material. Leonardo finaliza ao dizer que o material já
122 vem estruturado/consolidado e que outros parâmetros são trabalhados para melhorar a
123 análise pela parte de outorga e licenciamento ambiental. Carlos retoma para apresentar a
124 metodologia de discussão a ser adotada, apresentando o rio que temos, o rio que queremos
125 e o rio que podemos ter. Na atividade prática será trabalhado simulações para cada trecho
126 de curso de água, sendo que, no geral, os trechos foram separados onde há lançamentos de
127 efluentes ou ETEs e piora na qualidade da água com base nos resultados das simulações. A
128 extensão do trecho para jusante dos lançamentos também ocorreu com base nos resultados
129 da simulação da qualidade da água; foram apresentadas as seguintes informações: trechos
130 de corpos hídricos objetos de discussão; usos identificados no diagnóstico e prognóstico;
131 existência de Unidades de Conservação; usos preponderantes mais restritivos e sua classe
132 demandada; condição atual de qualidade do curso de água; classe de enquadramento
133 vigente (quando já formalizado); propostas anteriores de enquadramento de outros estudos
134 e planos; alternativas de enquadramento e ações necessárias; ações e planos de
135 desenvolvimento já previstos pelas concessionárias de saneamento. Na sequência, os
136 presentes divididos em dois grupos discutem e definem as classes de enquadramento para
137 cada trecho de curso de água. Cada grupo apresentou a análise dos seus trechos. Ao final
138 das discussões dos trechos de cada grupo, foi possível que cada grupo revisse e validasse
139 os resultados do outro grupo – metodologia Café Global (World Café). Conforme o
140 andamento dos trabalhos, será avaliada a disponibilização da continuidade da consulta por
141 meio de formulário online, ou ainda, o aguardo de contribuições por período pré-
142 determinado pós consulta. Após pausa para almoço, Carlos explicou a dinâmica da tarde
143 que teve como objetivo obter subsídios para a construção do Plano de Ações do PIRH
144 Paranaíba esperando-se identificar e validar os principais problemas da bacia; a proposição
145 de ações consideradas relevantes para a bacia e a definição de problemas e ações com
146 maiores prioridades para solução. Carlos contextualizou o Plano de Ações, envolvendo seu
147 marco lógico de construção, a estrutura de componentes, programas e ações. Ademais,
148 apresentou os principais problemas identificados nas etapas de Diagnóstico e Prognóstico
149 envolvendo as seguintes temáticas: instrumentos de gestão de recursos hídricos;
150 vulnerabilidade climática e eventos extremos; conservação ambiental; rede de
151 monitoramento quanti-qualitativa superficial e subterrânea e balanço hídrico quantitativo
152 superficial e subterrâneo (atual e projetado). Foram explanadas as etapas para a construção
153 do Plano de Ações tal que o diagnóstico revela os problemas atuais, o prognóstico
154 identifica os problemas potenciais ou com potencial de ampliação e outros documentos que
155 podem ser elaborados a partir de ações previstas e executadas na bacia e ações previstas e
156 não executadas na bacia. Além disso, a análise dos documentos, estudos e bases de dados
157 disponíveis, a identificação dos problemas relacionados aos recursos hídricos na bacia e
158 das possíveis causas dos problemas identificados são etapas para a construção do plano de
159 ações, assim como a identificação das principais temáticas a tratar, dos programas,


subprogramas e seus objetivos e a identificação de ações e justificativas. Quanto a revisão e atualização do PARH Santana Aporé – destacam-se as ações: cobrança: ainda não foi implementada na bacia afluenta; enquadramento: apenas o córrego Fazendinha foi enquadrado; águas subterrâneas: sem evolução desde a elaboração do primeiro PIRH – identificado apenas um poço de monitoramento na UGH 9, mesmo o estado de MS possuir uma rede de monitoramento da qualidade da água subterrânea; conservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos hídricos: Ação 1.F.5 - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca, não foi identificada evolução, mas que é relevante, principalmente na região de Aparecida do Taboado; Ação 1.F.3 - Apoio ao Controle e Prevenção da Erosão e Assoreamento dos Rios, na qual verificam-se problemas sistemáticos, como ocorre na região de Pasto Ruim. No que diz respeito às reuniões do Plano de Ações, o objetivo é identificar os principais problemas da bacia a partir da percepção dos seus atores e elencar as potenciais soluções (ações) para os problemas identificados, além de definir prioridades para o curto prazo. Foram apresentados os principais aspectos da UGH identificados no diagnóstico e prognóstico: dos instrumentos de gestão de recursos hídricos: Plano de Recursos Hídricos: foi aprovado em 2023, no entanto, não há informações sobre o andamento das ações; Enquadramento: apenas o córrego da Fazendinha (da nascente até o seu exutório na confluência com o Rio Santana) e seus afluentes (discutido na parte da manhã); Cobrança: ainda não implementado; Sistema de Informações: Não dispõe de um sistema específico para recursos hídricos. Há o Sistema IMASUL de Registros e Informações Estratégicas do Meio Ambiente – SIRIEMA, com apoio para o cadastramento de usuários de recursos hídricos; Outorgas: pelos indicadores referentes ao instrumento de outorgas, como o IGRH 1 (demandas totais autorizadas/demandas totais estimadas) e 2 (demandas superficiais autorizadas/demandas superficiais estimadas), destaca-se o uso de dessedentação animal que não atingiu o valor máximo de 1 para o IGRH 1. Para o IGRH 2, além do uso citado, acrescenta-se o abastecimento humano urbano e rural. Da vulnerabilidade climática e eventos extremos: Os trechos de rios com vulnerabilidade a inundações da UGH 9 são de domínio da União: Alta: foz do rio Paranaíba, na UHE Ilha Solteira (1), e rio Aporé ou do Peixe próximo à sede municipal de Cassilândia (2); Baixa: Rio Aporé ou do Peixe (3). Ocorrências de eventos extremos: Queimadas: Em 2024, foram identificados mais de mil focos de queimadas na UGH 9, representando cerca de 15% do total da bacia do rio Paranaíba e um aumento de 175% em relação ao ano de 2023 (INPE, 2024); Eventos climatológicos: entre 2005 e 2022, foram identificados 24 eventos de secas e estiagem, sendo os mais recentes em 2022 nos municípios de Aparecida do Taboado, Cassilândia, Chapadão do Sul e Paranaíba (S2ID,2024); Eventos de hidrológicos: entre 1996 e 2020, foram identificados 12 eventos de inundações e alagamentos, sendo os mais recentes no município de Paranaíba em março de 2021 (S2ID,2024); Evento de erosão: foi identificado 1 evento em 2016 no município de Aparecida do Taboado. Da Conservação ambiental: suscetibilidade à erosão: 18% da área de alta a muito alta suscetibilidade à erosão, com destaque para a cabeceira da sub-bacia do rio Santana, ribeirão do Salto, ribeirão da Ritinha, ribeirão da Barra. Uso Antrópico *versus* natural: 84,1% de uso antrópico (83,6% agropecuária e 0,5% áreas urbanizadas). Destacam-se os municípios pela expansão das atividades antrópicas: Paranaíba (146 km²) Aparecida do Taboado (26 km²). Quanto a rede de monitoramento: Estações fluviométricas: Três estações estão localizadas no rio Aporé ou do Peixe: Barra do Prata (60960000), Cassilândia (60968000) e Itajá (60970000); Duas estações localizadas em cursos d'água estaduais são estações de qualidade da água, situadas no rio Santana e no córrego Fazendinha; Densidade da rede: 1.278 km²/estação → atende à recomendação da Organização Meteorológica Mundial (1.875 km²/estação), no entanto, verifica-se a ausência de estações fluviométricas com medição de vazão em vários cursos d'água da UGH, como no ribeirão Formoso e o Barreiro. Estações pluviométricas: Identificadas 12 estações com dados de chuva e em operação; densidade da rede: 639 km²/estação → não atende à recomendação da Organização Meteorológica Mundial (575

km²/estação). Estações de qualidade da água: Identificadas 12 estações com dados de chuva e em operação; Densidade da rede: 639 km²/estação → não atende à recomendação da Organização Meteorológica Mundial (575 km²/estação). Monitoramento qualitativo subterrâneo: foi identificado apenas 1 poço de monitoramento. Quanto ao Balanço hídrico quantitativo superficial (atual x projetado): as áreas que apresentaram alteração na classificação, seja de crítica para muito crítica, ou que antes não eram críticas, mas passariam a ser no horizonte de longo prazo, e que merecem maior atenção, são: Ribeirão dos Dois Córregos, localizado no município de Cassilândia; Foz do rio Ariranha e o rio dos Barreiros, a montante da confluência com o ribeirão da Invernada, localizados no município de Paranaíba; e Córrego do Paiol, a parte alta do córrego Mata (ou de José Pedro) e alguns trechos do ribeirão Formoso, localizados no município de Aparecida do Taboado. Foi então apresentada a metodologia de discussão do plano de ações: Para cada temática considerada, os participantes devem apresentar os principais problemas para a bacia, de acordo com suas percepções (redação em postites); de forma complementar, devem apresentar o seu entendimento de gravidade do problema, variando em escala de 1 a 5. Foram divididos dois grupos para deliberarem sobre: Instrumentos de gestão de recursos hídricos; Integração entre ações dos Planos de Recursos Hídricos; Outorgas e fiscalização; Cobrança pelo uso da água; Sistemas de informações; Eventos críticos (cheias e estiagens); Monitoramento hidrológico; Problemas e conflitos de quantidade das águas – balanço crítico (águas superficiais e subterrâneas); Comunicação, mobilização, capacitação, educação ambiental; Conservação, preservação e recuperação dos cursos de água e de serviços ecossistêmicos relacionados à quantidade e qualidade da água; Questões setoriais (saneamento, irrigação, indústria etc.). A gravidade dos problemas é dada por 1. Insignificante; 2. Pequena; 3. Moderada; 4. Grande e 5. Muito Grande. Para cada problema identificado em cada temática, os participantes devem apresentar propostas de ações para solução; de forma complementar, devem apresentar o seu entendimento de nota de priorização para as ações propostas, variando em escala de 1 a 5: 1. Muito Baixa; 2. Baixa; 3. Média; 4. Alta e 5. Muito Alta. Após tempo dado para realizar a atividade, cada grupo apresentou suas sugestões uns aos outros e ao Consórcio, que mostrou os próximos passos: consolidação das contribuições das reuniões; emissão da versão inicial do plano de ações; realização de reuniões técnicas com GTs/CTs dos CBHs para consolidação do Plano de Ações e fechamento da etapa de Plano de Ações. Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente Fábio declarou encerrada a 27ª Reunião Ordinária. Esta Ata será assinada pelo Presidente e pela Secretária Executiva do CBH Santana e Aporé, anexada a lista de presença.

Paranaíba, 07 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **FABIO CARVALHO MACEDO**
Data: 09/12/2025 15:34:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fábio Carvalho Macedo
Presidente – CBH Santana e Aporé

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDETE DE FATIMA PADILHA DE SOUZA BRU**
Data: 09/12/2025 15:07:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Claudete de F.P.de S. Bruschi
1ª Secretaria do CBH Santana e Aporé

262
263
264
265

ANEXO - Lista de Presença

27ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica Rio Santana e Apore 07/07/2025, às 8h30min LISTA DE PRESEÇA			
			
NOME	INSTITUIÇÃO	TITULAR/ SUPLENTE / CONVIDADO	SEGMENTO
Ana Luiza Lira Warde	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul	CONVIDADO	PODER PÚBLICO
Luciano Jikimura	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul	CONVIDADO	PODER PÚBLICO
Ana Rita Faustino de Freitas Duarte	Prefeitura Municipal de Paranaíba	SUPLENTE	PODER PÚBLICO
Kleber Augusto Gastaldi	Conselho Consultivo e Gestor da Unidade de Conservação APA das Bacias do F	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
Regiane Furtado de Miranda	FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul	TITULAR	USUÁRIOS
Jose Carlos Macedo Grande	Prefeitura Municipal de Paranaíba	CONVIDADO	PODER PÚBLICO
Flávio Roque Bernardes Camelo	ABHA - Gestão de Águas	CONVIDADO	USUÁRIOS
Leonardo s Costa	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul	CONVIDADO	PODER PÚBLICO
Eduardo Pretto Freitas	CREA/MS - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do S	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
João Paulo Hidalgo Cerzosimo	Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado	SUPLENTE	PODER PÚBLICO
Raphael Antonio de Oliveira Silva	UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Paranaíba/MS	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
Humberto de Freitas Nunes	Prefeitura Municipal de Cassilândia	CONVIDADO	PODER PÚBLICO
Karina Bianchine dos Santos	Prefeitura Municipal de Cassilândia	SUPLENTE	PODER PÚBLICO
Edson de Lima Bobadilha	Prefeitura Municipal de Cassilândia	CONVIDADO	PODER PÚBLICO
Paulo Sergio gomes	ANB – Amigos da Natureza do Bolsão	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
Natã Silva Alves	Fundação Chapadão	SUPLENTE	SOCIEDADE CIVIL
Raphael Cardoso da Silva	Prefeitura Municipal Chapadão do Sul	TITULAR	PODER PÚBLICO
Claudete de Fátima Padilha de Souza Brusc	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul	TITULAR	PODER PÚBLICO
Fábio Carvalho Macedo	Sindicato Rural de Paranaíba	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
Leila Mussi	ANB – Amigos da Natureza do Bolsão	SUPLENTE	SOCIEDADE CIVIL
Daniel Izoton Santiago	ANA	CONVIDADO	PODER PÚBLICO
Flavia Tanoue	Consórcio engecorps profill	CONVIDADO	USUÁRIOS
Lúisa Heineck Neves	Consórcio Engecorps/Profill	CONVIDADO	USUÁRIOS